



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Trata-se de projeto básico referente à contratação de empresa especializada na prestação de obra de engenharia para Construção de Rampa Externa Coberta no Colégio de Aplicação - UFPE, com mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução de todos os serviços. Este Projeto contém:

1.2. As especificações técnicas do objeto previsto por este projeto básico se encontram discriminadas no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), Memorial Descritivo (Anexo X), Projeto Executivo de Arquitetura (Anexo XI) Projeto Executivo de Cálculo Estrutural (Anexo XII), Projeto Executivo de Drenagem (Anexo XIII) e Projeto Executivo de Instalação Elétrica (Anexo XIV);

1.3. O objeto tem a natureza de obra de engenharia;

1.4. A contratação se dará por menor preço global do item único, em observância ao preço máximo unitários e global dos subitens da contratação;

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;

1.6. Para a elaboração deste projeto básico foi adotada como baliza legal, além dos instrumentos normativos citados no item 2 deste documento, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

1.7. Além das diretrizes acima, faz-se necessário observar as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União;

1.8. Considerando que, segundo a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o anteprojeto é definido como “peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico” e, ainda, que o projeto básico representa “um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”, **o presente instrumento assume as funções de anteprojeto e projeto básico por contemplar em seu conteúdo todos os elementos necessários à caracterização dos citados documentos;**

1.9. Este documento também reúne um conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa dos serviços, com o detalhamento das soluções previstas, a identificação de serviços, de materiais, suas especificações técnicas, bem como seus quantitativos e o cronograma físico-financeiro, de acordo com as normas técnicas pertinentes, através dos elementos técnicos dispostos nos seus anexos (projetos executivos de arquitetura e complementares, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e serviços).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

2. REFERÊNCIA LEGAL E NORMATIVA CONFORME ETP

2.1 Identificam-se como parâmetros legais a subsidiar a contratação:

- 2.1.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública diretas, autárquicas e fundacionais da União;
- 2.1.2. A Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – nº 267, de 14 de setembro de 2000, publicada no DOU nº 237, de 11/12/2000, Seção I, páginas 27-29, decorrente do Tratado Internacional conhecido como Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é um dos signatários;
- 2.1.3. E demais normativos referentes aos serviços ora planejados e à legislação a estes associada, que os substituam ou a estes se superpõem, dispostos no Estudo Técnico Preliminar Anexo I, deste instrumento.

2.2 Nesta contratação também devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas:

2.2.1. Proteção ambiental

- Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).

2.2.2. Acessibilidade

- ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);
- ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

2.2.3. Estruturas de Concreto Armado

- ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);
- ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);
- ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

2.2.4. Impermeabilização e Drenagem de Águas Pluviais

- NBR 9574 (Execução de Impermeabilização);
- NBR 9575 (Impermeabilização – Seleção e projeto);
- NBR 10844 (Instalações Prediais de Águas Pluviais – Procedimento).

2.2.5. Instalações Elétricas

- NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);
- NBRISO/CIE8995-1 (Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior).

2.2.6. Normas Regulamentadoras (NR)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);
- NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);
- NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio – CIPA);
- NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
- NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
- NR 8 (Edificações);
- NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);
- NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);
- NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);
- NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);
- NR 17 (Ergonomia);
- NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);
- NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);
- NR 26 (Sinalização de segurança);
- NR 28 (Fiscalização e penalidades);
- NR 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde).

2.2.7. Outras normas técnicas aplicáveis

- Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;
- Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);
- Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97).

3. JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal de Pernambuco, segundo informações constantes em sua página na internet, possui, em seu projeto político-pedagógico os seguintes objetivos:

- (i) Promover a formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- (ii) Servir de campo de experimentação na área do Ensino Fundamental e Médio;
- (iii) Servir de campo de estágio para as diversas licenciaturas da UFPE e de outras instituições;
- (iv) Ser um espaço privilegiado para formação continuada de professor da educação básica, realizada pela universidade, articulada com a participação institucional nos programas de apoio à formação de docentes.

3.2. Situada na Avenida da Arquitetura, no campus Joaquim Amazonas, a sede do Colégio de Aplicação possui dois pavimentos, nos quais constam salas de aula, laboratórios, sanitários, biblioteca, além de outros espaços voltados à prática de atividades escolares;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

3.3. Atualmente, o acesso entre os dois pavimentos é realizado por escadas distribuídas ao longo da edificação e por uma plataforma elevatória. Entretanto, quando a plataforma necessita ser desativada para manutenções preventivas ou corretivas, o que ocorre com frequência, o acesso ao pavimento superior torna-se dificultado para pessoas com deficiência, precisando ser realizado pelo Centro de Educação, o que acarreta uma maior necessidade de deslocamento;

3.4. Dessa feita, a contratação ora em análise tem como escopo a construção de uma rampa coberta, com o escopo de garantir, diretamente do Colégio de Aplicação, o acesso ao segundo pavimento da edificação em perfeito atendimento às prescrições constantes nas normas técnicas de acessibilidade física atualmente vigentes, em especial a NBR 9050 e a NBR 16537;

3.5. Assim, o interesse público envolvido consiste na garantia de que estudantes, professores, pesquisadores e técnicos administrativos em educação possuam acessibilidade plena a todos os espaços da edificação, conforme o disposto no artigo 28, XVI, da Lei Federal n. 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

3.6. No mesmo sentido, preconiza o artigo 57 da mesma lei que:

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes;

3.7. Nesse sentido, é necessário que haja a contratação de uma empresa com a expertise técnica necessária de modo a executar essa ação em perfeito atendimento às boas práticas construtivas e às normas técnicas aplicáveis.

4. OBJETIVOS

4.1. Especificamente, esta contratação tem por objetivo:

- A promoção do direito à igualdade de oportunidades e a garantia da dignidade a todas as pessoas;
- A adoção de medidas que favoreçam, a todos os estudantes o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no Colégio de Aplicação;
- A garantia do acesso à educação superior a todos os estudantes com deficiência, em plena igualdade com as demais pessoas;
- O atendimento à legislação, em especial aos artigos 28, XVI e 57 da lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1. O programa arquitetônico da Construção de Rampa Externa Coberta no Colégio de Aplicação da UFPE compreende a construção de elemento para vencer desnível entre pavimento térreo e 1º pavimento da edificação, desenvolvido em quatro planos inclinados com patamares de descanso intercalados, provido com sistema de iluminação e drenagem águas pluviais;
- 5.2. A rampa terá área construída de 95,06m²;
- 5.3. Para atendimento à demanda, foram propostas soluções projetuais baseando-se no uso do edifício, nas limitações e viabilidade técnicas, nas normas técnicas inerentes e vigentes;
- 5.4. Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os Projeto Executivo de Arquitetura (Anexo XI) Projeto Executivo de Cálculo Estrutural (Anexo XII), Projeto Executivo de Drenagem (Anexo XIII), Projeto Executivo de Instalação Elétrica (Anexo XIV) e a Planilha de Preços dos Serviços e Quantitativos (Anexo II) - Anexos deste Projeto Básico;
- 5.5. Além disso, houve também a preocupação com a acessibilidade física entre os ambientes. O projeto de acessibilidade está alinhado com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.
- 5.6. Princípios de Sustentabilidade
- 5.6.1. Na fase projetual foram observadas diretrizes de sustentabilidade visando a melhoria no desempenho ambiental do edifício e promoção da redução do impacto do mesmo no meio ambiente. Foi ponderado a gestão de resíduos da construção e de energia elétrica.
- 5.7. Ações implementadas na Gestão de resíduos:
- 5.7.1. O destino final do material proveniente das demolições, comumente denominado de entulho de obra, obedeceu ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil com previsão em planilha da destinação através de caçambas estacionárias que descartam o material em usinas de tratamento de resíduos.
- 5.8. Ações implementadas na Gestão de energia elétrica:
- 5.8.1 Iluminação artificial através de luminárias de LED associadas à otimização do uso de energia elétrica uma vez que durante a noite, as mesmas convertem mais de 80% da energia em luminosidade, representando uma economia de energia em torno de 90%.

6 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 Trata-se de obra de engenharia, não continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser adquirido mediante licitação. O prazo para conclusão dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias corridos** (contados do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho correlacionadas), por demanda definida.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 6.2 Os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 6.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1 Todos os elementos referentes à especificação técnica encontram-se pormenorizados no Memorial Descritivo (Anexo X), Projeto Executivo de Arquitetura (Anexo XI) Projeto Executivo de Cálculo Estrutural (Anexo XII), Projeto Executivo de Drenagem (Anexo XIII), Projeto Executivo de Instalação Elétrica (Anexo XIV) deste Projeto Básico.

8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- 8.1 O objeto referenciado neste projeto básico está alinhado ao Mapa Estratégico do Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI) na vigência 2013-2027, especificamente quanto ao seu décimo quinto objetivo estratégico: “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade”, na folha 27 do referido PEI.
- 8.2 O **Plano Estratégico Institucional – PEI** da UFPE para o período 2013-2027, em sua página 05 nos remete a:

“Atenção especial vem sendo dada à **manutenção das infraestruturas** da UFPE, que teve um expressivo crescimento nos últimos anos. O objetivo é cuidar dos espaços coletivos, internos e externos, tornando-os mais humanos e seguros, ampliando as moradias e restaurantes estudantis, além de construirmos novos laboratórios de pesquisa e salas de aula, inseridas no novo Plano Diretor”.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 A empresa contratada deve executar os serviços de acordo com as normas de engenharia e/ou arquitetura aplicáveis, bem como em conformidade com os normativos descritos no item 2 deste documento e todos que a estes se relacionem ou os sobreponham.
- 9.2 Com vistas a atender à necessidade pública da UFPE, ratificam-se os serviços a serem contratados como sendo **de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, pois visam a atender à necessidade pública de imediato, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017).
- 9.3 O prazo para conclusão dos serviços será de 120(cento e vinte) dias corridos, contado do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho emitidas por esta Instituição, restando incluído nesse prazo o tempo necessário à entrega, pela Contratada, do produto decorrente da licitação em pauta, à apresentação de possíveis retificações solicitadas pela Contratante e à sua aprovação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 9.4 A empresa participante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 9.5 Deverá ser apresentado pela **empresa participante** Registro ou inscrição no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA**, conforme as áreas de atuação e em plena validade.
- 9.6 É vedada a Participação de pessoa física, devido às características do objeto, obra, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme prevê o art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021.
- 9.7 É vedada a Participação de Microempreendedor Individual - MEI, devido às características do objeto, **obra**, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza do MEI, que restringe a contratação de pessoal para execução dos serviços, sem previsão de subcontratação.
- 9.8 É vedada a participação de Cooperativas, conforme determina a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026, nº PE000721/2024 (Anexo XV), em virtude da natureza da presente contratação, que não permite a contratação de cooperativas pelas empresas prestadoras do referido serviço. Vide CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - COOPERATIVAS."
- 9.9 Não será permitida a participação de Consórcios na presente licitação, uma vez que se trata de uma contratação de baixo vulto econômico, pois está abaixo do que enquadra a Lei 14.133/2021 em seu Art. 6º, inc XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Além de ser uma obra de baixa complexidade.
- 9.10 O serviço será acompanhado pela fiscalização técnica indicada pela Contratante.
- 9.11 A prestação do serviço fora das especificações indicadas neste projeto básico e em desconformidade com as exigências solicitadas implicará a recusa por parte da Contratante e deverá ser retificada pela Contratada em tempo hábil, considerando o prazo previsto pelo **subitem 9.3** para a conclusão dos serviços, sem que acarrete despesa adicional de qualquer natureza à UFPE.
- 9.12 A conclusão do serviço estará condicionada à aprovação do produto pela Diretoria de Fiscalização e Obras e Diretoria de Planos e Projetos da SPO/UFPE.

10 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

10.1. Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Maria Isabel Pinto de Oliveira (CAU A117064), as intervenções necessárias para a construção de rampa externa coberta no Colégio de Aplicação, tratam-se, principalmente, das seguintes:

10.1.1. Pisos

- Construção de contrapiso em argamassa;
- Construção de calçada em concreto simples com acabamento antiderrapante;
- Instalação de guia em concreto pré-fabricado para contenção de calçadas;
- Construção de piso de alta resistência tipo Duberton com acabamento antiderrapante;
- Instalação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada em concreto, com pintura em tinta acrílica.

10.1.2. Paredes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- Construção de parede de alvenaria com blocos cerâmicos;
- Instalação de placas de granito natural polido;
- Aplicação de pintura em tinta acrílica com acabamento fosco.

10.1.3. Tetos

- Construção de laje de impermeabilização em manta a base de asfalto modificado;
- Aplicação de pintura em tinta acrílica com acabamento fosco.

10.1.4. Outros

- Instalação de guarda corpo composto por corrimão em tubos de aço inoxidável acabamento escovado, com chapa em aço inoxidável dobrada e pilaretes em concreto armado;
- Instalação de luminárias do tipo arandela tartaruga instalada em condutele de PVC.

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

10.2. Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 95,06 m².

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para a execução da despesa proveniente do presente projeto básico correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Tesouro Nacional, cuja reserva orçamentária será indicada pela Diretoria de Orçamento da Pró Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN/DORC.

12 CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, compreendendo o cadastro da empresa no SICAF previamente à contratação, em conformidade com o disciplinado neste documento;

12.2. Exige-se Certidão de Registro ou inscrição da empresa proponente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme a área de atuação e em plena validade na data de apresentação da proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

12.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características e quantidades com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação de acordo com a quantidade mínima aceitável prevista abaixo:

-Execução de montagem e desmontagem de forma em chapa compensada para estruturas de concreto: quantitativo mínimo de 200,00m²;

-Execução de concretagem estruturas de concreto armado, $F_{ck} \geq 25$ Mpa: quantitativo mínimo 20,00m³

-Execução de Armação de estruturas de concreto armado: quantitativo 1.500,00kg.

12.3.1. Para a definição das parcelas de maior relevância e valor significativo as quais serão exigidas as comprovações de capacidades técnico-operacional e técnico-profissional, foram considerados os itens da Curva ABC - Planilha da Curva ABC (Serviços), cujo o peso dos percentuais individuais apresentam-se superior a 4%.

12.4. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

12.4.1 Documento elaborado pelo contratante da empresa participante do certame; Descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

12.4.2 Início e término da etapa da obra ou serviço referente ao atestado com menção da empresa responsável pela execução, com data da sua emissão firmado por representante legal do contratante;

12.4.3 Com indicação do documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART);

12.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

12.5.1. Deverá ser apresentada comprovação da vigência do registro no CREA do profissional designado como responsável técnico, juntamente com comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução dos serviços descritos, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativas à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

12.5.1.1. Engenheiro Civil com experiência em EXECUÇÃO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA EM CHAPA COMPENSADA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO, EXECUÇÃO DE CONCRETAGEM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO $F_{ck} \geq 25$ MPa, EXECUÇÃO DE ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico (CAT) com Atestado de Capacidade Técnica e respectiva Anotação de Responsabilidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Técnica (ART), devidamente registrados no CREA, por execução de serviço para empresa privada ou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

12.5.2. O responsável técnico deve ser expressamente designado em documento onde conste o objeto da contratação, nome do designado, nº do CREA, e assinatura do representante legal da empresa.

12.5.3. Para a definição das parcelas de maior relevância e valor significativo as quais serão exigidas as comprovações de capacidades técnico-operacional e técnico-profissional, foram considerados os itens da Curva ABC - Planilha da Curva ABC (Serviços), cujo o peso dos percentuais individuais apresentam-se superior a 4%.

12.6. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Na fase da assinatura do contrato a adjudicatária deve comprovar o vínculo formal com o(s) profissional(is) designados na fase de habilitação, e os termos de condição de vínculo e sua comprovação estarão descritos no instrumento de contrato.

12.8 A condições para vistoria referente à execução do serviço a ser contratado está disposto no item 17 deste Projeto Básico;

12.8.1 A empresa participante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente contratação.

12.9 Disposições gerais sobre habilitação

12.9.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.9.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.9.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.9.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

12.9.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 13.1 Se dará por menor preço global do item único, em observância aos preços máximos unitários e global dos subitens e da contratação;
- 13.2 As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas. Em razão do regime de execução da contratação pretendida, empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta com menor preço global, na qual se mantenha em qualquer um dos seus preços unitários valores que superem os correspondentes preços unitários de referência fixados pela UFPE, bem como superem os percentuais máximos de BDI fixados pela UFPE e encargos sociais exigíveis, em conformidade com os projetos e a Planilha de Preços dos Serviços e Quantitativos (Anexo II), anexos a este instrumento.
- 13.2.1 Os preços unitários (Valores Unitários incluindo o BDI) e o valor global do orçamento são os parâmetros de preços máximos, fixados pela UFPE para aceitação e julgamento das propostas dos licitantes, bem como os percentuais máximos de BDI e os encargos sociais exigíveis.
- 13.2.1.1 Assim, o **preço unitário** é dado pelo custo unitário, acrescido do percentual de BDI
- 13.3 A proposta de preço, apresentada será redigida no idioma pátrio firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:
- 13.3.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame;
- 13.3.2 Descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- 13.3.3 Prazo de execução da obra em dias corridos;
- 13.4 À proposta serão anexadas obrigatoriamente:
- 13.4.1 **Planilha de Preço dos Serviços e Quantitativos**, idêntica à fornecida pela UFPE- **Anexo II**, com valores monetários em reais, com apenas duas casas decimais e em conformidade com os preços praticados no mercado;
- 13.4.2 **Cronograma físico-financeiro**, com periodicidade de 30 (trinta) dias corridos, matematicamente correto, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, com especificação física de acordo com o modelo apresentado no Projeto Básico no **Anexo III**, o qual estará sujeito a ajustes, em função de motivos supervenientes, especialmente os de natureza operacional;
- 13.4.3 O cronograma físico-financeiro proposto pela licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico **Anexo III**;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 13.4.4 Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;
- 13.4.5 **Planilha de Composição dos Preços Unitários – Anexo IV**, compatível com o modelo fornecido pela UFPE, contendo todas as composições, incluindo todos os insumos e discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 13.4.6 Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 13.4.7 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 13.4.8 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.
- 13.4.9 **Planilha-Padrão de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) - Anexo VIII** deste Projeto Básico, aplicada na composição dos preços unitários, detalhando todos os componentes do BDI, inclusive em forma percentual;
- 13.4.10 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, sendo obrigatória a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, limitada a, no máximo, 19,75% (dezenove vírgula setenta e cinco por cento) referente ao fornecimento de materiais/equipamentos, e 29,21% (vinte e nove vírgula vinte e um por cento) referente às demais despesas, observados os percentuais estabelecidos pela Receita Federal para a COFINS – impostos;
- 13.4.11 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento, sendo obrigatória a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, limitada a, no máximo, 15,27% (quinze vírgula vinte e sete por cento) referente ao fornecimento de materiais/equipamentos, e 24,20% (vinte e quatro vírgula vinte por cento) referente às demais despesas, observados os percentuais estabelecidos pela Receita Federal para a COFINS – impostos;
- 13.4.12 Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 13.4.13 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 13.4.14 As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;
- 13.4.15 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006;
- 13.4.16 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- 13.4.17 **Planilha-Padrão de Composição Analítica das Taxas e Encargos Sociais Aplicados - Anexo IX;**
- 13.4.18 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, indicação obrigatória de taxa de percentual positiva para cada um dos itens indicados, não devendo ser preenchidos os itens B1, B2 e B7 na coluna do mensalista, limitada a no máximo 91,23% (noventa e um vírgula vinte e três por cento) e 52,09% (cinquenta e dois vírgula nove por cento) para horista e mensalista respectivamente.
- 13.4.19 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento, indicação obrigatória de taxa de percentual positiva para cada um dos itens indicados, não devendo ser preenchidos os itens B1, B2 e B7 na coluna do mensalista, limitada a no máximo 113,84% (cento e treze vírgula oitenta e quatro por cento) e 70,11% (setenta vírgula onze por cento) para horista e mensalista, respectivamente.
- 13.4.20 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 13.4.21 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 13.4.22 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 13.4.23 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento;
- 13.4.24 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar à Comissão Especial de Licitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

ou à gestão do contrato, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior;

13.4.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

13.4.26 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

13.5 Erros no preenchimento das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta;

13.5.1 A planilha poderá ser ajustada pelo licitante desde que não haja majoração do preço GLOBAL proposto, no prazo indicado pela UFPE após convocação.

13.5.1.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

13.5.1.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14 CONTRATO

14.1 O prazo de vigência da contratação é de **255 (duzentos e cinquenta cinco)** dias contados da assinatura do contrato pelas partes prorrogável na forma dos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, até o recebimento definitivo do serviço, neste prazo computados:

14.1.1 Emissão da ART, emissão da ordem de serviços – em até 30 (trinta) dias;

14.1.1.1 Após a assinatura do termo de contrato, o contratado deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/PE, entregando uma via à fiscalização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, comprovante indispensável para o início da obra;

14.1.2 **Execução**, considerada a data de recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada – **120 (cento e vinte) dias** corridos;

14.1.3 Recebimento provisório - 15 (quinze) dias;

14.1.4 Recebimento definitivo da obra - 90 (noventa) dias;

14.1.5 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

14.2 Após o recebimento da ordem de serviço e da nota de empenho correlatas, a Contratada deverá iniciar a execução dos serviços e terá 120 (cento e vinte) dias corridos para sua conclusão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

14.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da beneficiária de contratar com o Poder Público.

14.4 A beneficiária terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a ordem de serviço e a nota de empenho, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste projeto básico.

14.5 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para aceite da ordem de serviço e da nota de empenho, a Administração poderá encaminhá-las para aceite da beneficiária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que sejam aceitas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.6 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da beneficiária e aceita pela Administração.

14.7 Antes do aceite da ordem de serviço e da nota de empenho, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.8 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste projeto básico.

15 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A entrega do produto decorrente da presente licitação, a apresentação de possíveis retificações solicitadas pela Contratante e sua aprovação deverão ser realizadas em 120 (cento e vinte) dias corridos, contados do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho correspondentes.

15.2. O setor responsável pelo recebimento do serviço vinculado a esta licitação, pela indicação de possíveis correções e sua aprovação final será da Diretoria de Fiscalização e Obras e Diretoria de Planos e Projetos da SPO/UFPE.

15.2.1. A Diretoria de Fiscalização e Obras e Diretoria de Planos e Projetos da SPO/UFPE realizará análise minuciosa dos serviços executados pela Contratada, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação do produto por ela apresentado para constatar e relacionar as retificações e/ou complementações que se fizerem necessárias.

15.2.1.1. A Contratada fica obrigada a retificar e/ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no ato do recebimento.

15.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço, ou, em qualquer época, das responsabilidades por ela assumidas e por força das disposições legais em vigor.

15.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser corrigidos/complementados/substituídos no prazo fixado no presente instrumento, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.5 Recebimento Provisório da obra será realizado pela DFO e DPP/SPO, mediante termo circunstanciado conclusivo, assinado pelas partes que verificará e atestará o cumprimento de todas as exigências contratuais,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação, por escrito, do contratado, informando a conclusão da obra.

15.6 Definitivamente pela DFO e DPP/SPO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que comprove a adequação do objeto no prazo de 90 (noventa) dias após o recebimento provisório.

16 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 809.595,66 (oitocentos e nove mil, quinhentos e noventa cinco reais e sessenta seis centavos), conforme preços unitários apostos no Anexo II, deste Projeto Básico.

17 VISTORIA PARA O CERTAME

17.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo whatsapp 81 2126.7039 e e-mail dpp.spo@ufpe.br.

17.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da licitação.

17.2.1 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou Profissional técnico, engenheiro ou arquiteto, deverá estar devidamente identificado apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

17.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser compartilhada a pasta dos documentos situadas na nuvem ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

17.4 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

17.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.6 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

ANEXOS PB

I-Estudo Técnico Preliminar;

II-Planilha de Preços dos Serviços e Quantitativos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- III-Cronograma;
- IV-Planilha de Composição dos Preços Unitários;
- V-Memória de Cálculo;
- VI-Curva ABC Insumos;
- VII-Curva ABC Serviços;
- VIII-Planilha de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);
- IX-Planilha de Composição Analítica das Taxas de Encargos Sociais Aplicados;
- X- Memorial Descritivo;
- XI- Projeto Executivo de Arquitetura;
- XII-Projeto Executivo Cálculo Estrutural;
- XIII-Projeto Executivo de Drenagem;
- XIV-Projeto Executivo de Instalação Elétrica;
- XV-CCT 2024/2026.

Recife, 05 de setembro de 2025.

Maria Isabel Pinto de Oliveira
Diretora de Planos e Projetos/SPO/UFPE

Aprovo e autorizo este Projeto Básico, 05/09/2025.

Carlos Henrique Lopes Falcão
Superintendente de Projetos e Obras/UFPE



Emitido em 06/10/2025

PROJETO BASICO Nº PROJETO BASICO/2025 - DPP (11.02.04)
(Nº do Documento: 20)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 07/10/2025 14:40)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE

SPO-UFPE (11.02.01)

Matrícula: ###346#5

(Assinado digitalmente em 06/10/2025 12:12)

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

DIRETOR

DPP (11.02.04)

Matrícula: ###330#6

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **20**, ano: **2025**, tipo:
PROJETO BASICO, data de emissão: **06/10/2025** e o código de verificação: **e4188e7b35**